

APRESENTAÇÃO

Rodrigo Ricupero

Universidade de São Paulo (USP)

A interpretação de nosso período colonial foi e continua sendo motivo de profundos debates. A preocupação em entender o período não ficou, contudo, restrita aos historiadores, mas se estendeu a economistas, sociólogos, antropólogos, estudiosos de nossa literatura e, enfim, a todos que procuravam pensar os rumos do país. Afinal entender nosso passado colonial sempre foi (e ainda é) um pressuposto para todos que desejavam (ou desejam) compreender a realidade de nosso presente e pensar as perspectivas de nosso futuro.

O estudo do período conta com uma larga tradição, iniciada no século XIX, com Varnhagen e vários estudiosos agrupados no IHGB ou nos institutos históricos locais, cujo trabalho seria desenvolvido pela geração da virada para o século XX, com destaque para Capistrano de Abreu. Todos eles, portanto, responsáveis pelo reconhecimento das principais fontes e pelas primeiras tentativas de narrar os principais eventos da época colonial.

Na sequência, a Colônia também atraiu a atenção de grandes nomes para a renovação dos estudos históricos da primeira metade do século XX (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior), que produziram as nossas grandes obras clássicas.

Em meados do século XX, além dos historiadores, outros intelectuais procuraram pensar o período colonial, preocupados com a questão do subdesenvolvimento econômico e a superação dos entraves que impediam o desenvolvimento nacional, destacando-se em especial a contribuição de Celso Furtado e os debates dentro da esquerda brasileira, debates esses que seriam complementados e desenvolvidos pela produção universitária a partir dos anos 60.

Nos anos 70, dentro do campo historiográfico propriamente dito, o trabalho de Fernando Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, sintetizou uma interpretação da colônia que passou a ser o centro do debate, especialmente com a contribuição de Amaral Lapa, Jacob Gorender e Ciro Flamarion.

Este debate se enriqueceria, nos anos 80 e 90, com as contribuições de Evaldo Cabral de Mello, José Jobson Arruda, Stuart Schwartz, Vera Ferlini, Laura de Mello e Souza, Luiz Felipe de Alencastro, João Fragoso, Manolo Florentino, Maria Fernanda Bicalho entre outros.

E que, em seguida, passaria a contar também com a participação ativa de colegas portugueses como Joaquim Romero de Magalhães, Antonio Manuel Hespanha, Nuno Monteiro e Diogo Ramada Curto.

É a fim de manter a tradição do debate historiográfico livre e franco e por entender ser a crítica de ideias o que permite o desenvolvimento de nossa interpretação sobre o passado que o grupo de pesquisa “Antigo Sistema Colonial: estrutura e dinâmica” tem organizado o simpósio “Império e Colonização” na Universidade de São Paulo, além de manter, com outros colegas, um Simpósio Temático com o mesmo nome nos congressos anuais da Anpuh desde 2007.

Tais encontros, além do debate teórico, também são um momento de apresentação dos resultados de pesquisas em andamento, realizadas por jovens pesquisadores, que enriquecem nossa compreensão sobre o período e, conseqüentemente, também contribuem para o debate das várias formas de interpretar o período.

Neste sentido, a participação de colegas que defendem outras formas de interpretação do período colonial é fundamental para o debate e enriquecem o evento e, portanto, são sempre bem-vindas. Contudo, o grupo de pesquisa “Antigo Sistema Colonial: estrutura e dinâmica”, como o seu nome deixa claro, reivindica uma posição em tal debate.

Entendemos que a ideia de “Antigo Sistema Colonial” é a que melhor permite compreender nosso período colonial, pois, nas palavras de Vera Ferlini,

“na perspectiva do Antigo Sistema Colonial, a relação dominante é a que se estabelece, na diacronia, entre a metrópole e a colônia, tendo por eixo o processo produtivo, base da exploração e da acumulação. A interação dialética entre essa condição colonial e as formações sociais das colônias permite a compreensão do processo global e das estruturas particulares”.

Entendemos também que ter uma posição não significa se fechar nela, mas, pelo contrário, pretendemos seguir adiante, sempre questionando e criticando nossas próprias posições, procurando abrir novas perspectivas de pesquisa e reflexão. Neste sentido, são fundamentais novos estudos empíricos e o debate com os críticos das mais variadas posições para avançarmos coletivamente no entendimento de nosso passado colonial e no de suas implicações para o presente e futuro de nosso país.

O Dossiê que ora apresentamos é o resultado deste esforço e traz contribuições inovadoras sobre vários temas, independentemente da filiação teórica de seus autores, em maior ou menor concordância com os princípios do grupo de pesquisa que organizou o encontro.

Em rápida apresentação, começando com os trabalhos que tratam do século XVII, temos os artigos de Marcelo Lunardi Carmo sobre a política da Coroa portuguesa para a indústria açucareira no Brasil; de Rafael da Silva Coelho sobre a reforma monetária de 1688; e de Helena Trindade de Sá sobre a alfândega do Rio de Janeiro.

Avançando para o século XVIII, Mario Francisco Simões Júnior discute a criação da Secretaria de Estado do Ultramar; Gilberto dos Santos trata da dízima da Alfândega da Bahia; Caroline Cristina de Souza Silva apresenta a questão da “decadência” de Minas Gerais e a fiscalidade religiosa; e Cristiane Fernandes Lopes Veiga discute a participação das mulheres na economia do Rio de Janeiro na virada do século XVIII para o XIX. Com o mesmo recorte temporal, Marco Micheli trata da produção açucareira e de mantimentos em São Paulo; e Dannylo de Azevedo apresenta a questão da economia política no manual “Fazendeiro do Brasil”. Já no século XIX, Natalia Tammone trata também da economia política nos debates do parlamento português.

A variedade dos temas mostra a riqueza da atual produção historiográfica e contribuem para o conhecimento do nosso passado colonial, como os leitores poderão constatar.